

AS RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E CUBA DURANTE O GOVERNO LULA: SOLIDARIEDADE OU EXPANSÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL?

Vanessa de Oliveira Brunow *

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o histórico das relações políticas e econômicas entre Brasil e Cuba, assim como a execução desses projetos, que são, em sua maioria, realizados pelas empresas privadas brasileiras. Para isso, o recorte de análise será entre 2002 e 2010, anos que compreenderam o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Ao realizar essa análise, serão resgatadas as especificidades da política externa brasileira, cubana e o histórico de transnacionalização das empresas brasileiras e sua intrínseca relação com o governo brasileiro.

Palavras-chaves: Cuba, Brasil, Empresas Brasileiras e Governo Lula

Nos últimos meses, tem ocorrido uma incessante discussão sobre a vinda de médicos cubanos para o Brasil, que tem como objetivo suprir a carência de profissionais da saúde, principalmente no interior do país. As opiniões sobre a decisão governamental de contratar médicos cubanos tem trazido à tona a necessidade de refletirmos sobre a relação entre o governo brasileiro e o governo cubano, que de fato, tem crescido nos últimos anos.

Esse aumento das relações entre Cuba e Brasil, teve um impulso a partir da ascensão de Luís Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil, com suas novas diretrizes para a política externa, como se pretende discutir neste artigo. Este novo delineamento político e econômico propiciou o aprofundamento das relações diplomáticas e econômicas entre os dois países, fazendo do Brasil o segundo país da América Latina no comércio com a ilha cubana. De acordo com dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior¹), as exportações do Brasil para Cuba cresceram 496% (quase 6 vezes) entre 2003 e 2010.

* Mestre em História Social (UFF). Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Disponível em < http://www.itamaraty.gov.br/temas/tema_politicos-e-relacoes-bilaterais/america-central/cuba/pdf> Acesso em 13/06/2012.

No que se refere à presença brasileira em Cuba, é importante ressaltar que existem empresas como a Brás Cuba², que já está instalada no país cubano há mais de 20 anos, incentivando e encorajando os empresários brasileiros com o pioneirismo de negócios implantados num país ainda pouco explorado pelas empresas estrangeiras.

Recentemente, a presença brasileira aumentou em muitos setores estratégicos de Cuba. Isso inclui a participação no melhoramento da produção de cana de açúcar; construção e melhoria de estradas, com vistas ao turismo e escoamento de produção mineral, principalmente do níquel³; na construção de resorts, com o objetivo de entrar na competição do ramo do turismo com empresas canadenses e espanholas e na entrada de produtos brasileiros duráveis e não duráveis⁴

Seguindo essa linha, o BNDES aprovou recentemente um financiamento de cerca de 700 milhões para a construção de um porto de grandes proporções a 20 quilômetros de Havana. O projeto está sendo executado pela conhecida Odebrecht, que deixou de ser apenas uma empresa do ramo da construção, transformando-se num "conglomerado monopolista com uma variada carteira investimentos"⁵ (CAMPOS, 2009, pp. 111-112). Assim, o Estado brasileiro, através de

² Se refere a uma empresa de produção de tabaco, representada no Brasil pela Sousa Cruz, que foi criada em parceria com o Estado cubano. A empresa BrasCuba produz marcas de charutos como o charuto Cohyba.

³ Todas essas iniciativas em Cuba foram e estão sendo realizadas pela empresa brasileira Odebrecht. Disponível em < http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/693_A+OPCAO+CUBANA> Acesso em 20/07/2012.

⁴ Disponível em <<http://www.transportedigitalnews.com.br/site/2012/02/um-porto-para-o-futuro/>> Acesso em 12/07/2012.

⁵ Atualmente, as organizações Odebrecht incluem a famosa construtora e também uma empresa muito maior, A Braskem, conglomerado petroquímico que possui pólos no Sul e no Nordeste, líder na América do Sul e o terceiro grupo petroquímico das Américas, atrás apenas de gigantes como Exxon e Dow Chemical. (...) Outros projetos da organização se situam nas concessões rodoviárias, concessões de energia e até no agronegócio, em que a empresa ETH, pertencente ao grupo, pretende investir R\$ 5 bilhões no setor açúcar e de álcool até 2014. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. S.P: Expressão Popular, 2009.

seus órgãos de financiamento, associados as grandes empresas nacionais, expande-se para Cuba e demais países vizinhos. No entanto, é importante observar que esse aumento da relação política e econômica entre Cuba e Brasil não aumentou simplesmente como resultado de um maior interesse entre os estados, mas é consequência das mudanças históricas que Cuba e Brasil sofreram a partir da segunda metade do século XX.

No caso de Cuba, o comércio cubano com a América Latina, em especial, com o Brasil, enfrentou impedimentos desde a década de 1960. Após a radicalização da revolução, Cuba ficou isolada dentro do território latino-americano. Todos os governos, com exceção do México, romperam relações diplomáticas e juntaram-se ao embargo econômico dos Estados Unidos (GOTT, 2006, p.246). Essa situação piorou com a saída de Che Guevara de Cuba e sua posterior morte, na Bolívia, em 1968. O líder argentino era um grande defensor da aproximação entre Cuba e os países latino-americanos. Esse ocorrido marcou uma nova etapa do desenvolvimento da revolução, que levou a uma aproximação cada vez maior com a União Soviética. Após a aproximação política, ideológica e econômica com a URSS, Cuba concentrou sua economia na produção de açúcar. A experiência econômica soviética ditou que o açúcar era a safra principal na qual Cuba tinha uma vantagem competitiva no mercado mundial, e que a renda assim produzida era a melhor para pagar as pesadas contas do país. De 1960 a 1990, a produção de açúcar passou a ocupar 45% da terra arável em Cuba. Essa iniciativa garantiu ao país quase 20 anos de prosperidade econômica, que, de certa forma, "dispensaram" uma aproximação com os países latino-americanos. Junto a isso, podemos afirmar que houve mais contato de Cuba com os países africanos, que tiveram prioridade na política de auxílio militar, econômico e social de Cuba, do que com os países da América Latina, que, na década de 1970, viviam sob forte influência de governos ditatoriais, apoiados pelos Estados Unidos.

Logo após o fim do campo socialista europeu, que era o primeiro aliado comercial da Ilha, junto com o aumento do bloqueio econômico por parte dos Estados Unidos, se impôs à revolução cubana a conjuntura mais difícil de toda sua história. Esse ocorrido levou à implantação do chamado "período especial", desenhado originalmente para tempos de guerra e no qual, entre outros aspectos, se propôs a distribuição equitativa dos escassos recursos existentes no país (VILABOY & GALLARDO, 2005, pp.169-171).

Nesse período, Cuba sofreu um processo de desaceleração do crescimento da economia e produção, que impôs a necessidade de se importar quase todos os produtos de consumo básico. Junto a isso, a capacidade de importação do país caiu abruptamente de quase oito milhões de dólares anuais para menos de dois milhões (Idem, 2005, p.169). Mesmo com todas as dificuldades de se importarem produtos estrangeiros, Cuba não conseguia ter uma produção interna que atendesse minimamente sua demanda nacional. Todavia, a grande necessidade de importação que o governo cubano tinha foi dificultada também pelo aumento do bloqueio econômico com a lei Torricelli, aprovada pelos Estados Unidos em 1992, e a lei Helms Burton, sancionada em 1996. A primeira lei, regulamentada em 1992, estabelecia a eliminação das autorizações a empresas norte-americanas radicadas em outros países que fossem comercializar com Cuba. A lei de 1996 abriu a possibilidade de sancionar as empresas de países terceiros que tivessem tido negócios com Cuba.

Com isso, a ilha cubana praticamente só teria a alternativa europeia – em especial, os países que tinham tido alguma ligação com a URSS - para a compra de produtos de todos os tipos. Até hoje é possível, por exemplo, se encontrar leite importado da Lituânia nos mercados cubanos.

Na última década, Cuba superou parte da crise da primeira metade da década de 1990, com isso, veio obtendo índices de crescimento na economia. No entanto, estes não foram suficientes para acabar com a elevada dependência da importação de alimentos, apesar das mudanças na política agrária nacional. Numa proporção inferior, existe uma alta intensidade energética, e se mantém a necessidade de grandes requerimentos de bens intermediários para o processo produtivo, somados aos baixos níveis de eficiência e produtividade na indústria e na agricultura (VILLANUEVA, 2010, pp. 13-15). Para isso, no ano de 2011, foi aprovado internamente um conjunto de leis (lineamentos de la política económica e social del partido y e la revolución), que modificam substancialmente o caráter da política e da economia social revolucionária cubana. Os lineamentos criam um ambiente favorável à entrada de novos produtos estrangeiros e de novos acordos internacionais, preparando internamente sua economia e sua política social para mudanças que poderão afetar qualitativamente a vida dos cidadãos cubanos e a manutenção dos ideais socialistas.

Ao mesmo tempo, nos últimos anos, o cenário internacional vem se modificando. Com os novos governos latino-americanos, especialmente o da Venezuela, com sua política de integração e de apoio a Cuba, países como Peru, Bolívia e Brasil têm se portado também de uma maneira mais autônoma em relação ao comércio exterior com Cuba. Ao mesmo tempo, a ilha vem obtendo possibilidades de importar dos países latino-americanos, principalmente do Brasil, diversos dos produtos essenciais à sua economia. Com o governo de Barack Obama, algumas medidas favoráveis a Cuba foram tomadas ou retomadas depois de um endurecimento do bloqueio durante o governo Bush, como, por exemplo, a decisão de permitir viagem a cubano americanos à ilha e o envio de dinheiro destes para Cuba, sem restrições. (VILLANUEVA, 2010, P.15). Entretanto, a solução para a autonomia de produção interna ainda não foi encontrada, e Cuba vem procurando alternativas econômicas mais viáveis para seus produtos de primeira necessidade, que ainda não são produzidos internamente a um preço competitivo em relação aos produtos estrangeiros.

O Brasil, por outro lado, veio aumentando sua posição de exportador em toda a América Latina, não só vendendo seus produtos, como também instalando empresas brasileiras em países latino-americanos. Nos interesses brasileiros em relação a Cuba, parece haver um foco no crescimento da exportação de produtos industrializados, na produção de determinados gêneros em associação com o governo cubano e no turismo. Mas ocorre recentemente um novo tipo de investimento brasileiro em Cuba, que se baseia na posição estratégica da Ilha no que se refere ao escoamento de produtos brasileiros para os Estados Unidos e para toda a América Central.

BRASIL → CUBA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (jan-mar)
INTERCÂMBIO	92,0	177,4	284,6	375,4	412,6	572,2	330,6	71,3
EXPORTAÇÕES	69,6	132,1	245,7	343,8	323,9	526,8	277,2	52,3
IMPORTAÇÕES	22,4	45,3	38,9	31,6	88,8	45,4	53,4	19,0
SALDO	47,2	86,8	206,9	312,2	235,1	418,5	223,8	33,3

Fonte: Site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais>. Retirado em abril de 2012.

Como exemplo dessa política, como foi dito, atualmente está sendo construída, a vinte quilômetros de Havana, a chamada *Zona Especial de Desarrollo Integral Mariel (ZDIM)*, baseada na construção de um porto de grandes proporções, que está sendo erguido com financiamento brasileiro de quase um bilhão de dólares investidos pelo Brasil em associação com a empresa Odebrecht.



Mapa descritivo das possibilidades de comércio com a ampliação de ZDIM (Zona de Desenvolvimento Integral Mariel)⁶

A construção dessa zona de desenvolvimento foi facilitada pelas novas leis que vêm sendo criadas. Através do lineamento de número 103, que foi aprovado em abril de 2011 pelo VI Congresso do PC cubano, a ampliação do porto de Mariel foi possibilitada. Cito abaixo o lineamento:

⁶ Retirado do material de apresentação de Roilan Rodriguez. Zona Especial de Desarrollo Mariel, construindo el futuro. DIP – Direccion Integrada de Proyectos de Mariel, 19 de outubro de 2011.

Promover la creación de Zonas Especiales de Desarrollo que permitan incrementar la exportación, la sustitución efectiva de importaciones, los proyectos de alta tecnología y desarrollo local; y que contribuyan con nuevas fuentes de empleo.⁷

Percebe-se que Cuba tem criado condições políticas internas para essas novas relações exteriores. Nesse cenário de mudanças, o Brasil tem se tornado um país muito presente na realidade cubana. Já no caso brasileiro, essa aproximação do Brasil com Cuba foi possibilitada pelas recentes mudanças na política externa brasileira, que desde a chegada de Luís Inácio Lula da Silva, tem sido um necessário objeto de reflexão para os analistas da área de Relações Internacionais.

Ao falarmos de política externa no Brasil nas últimas décadas, principalmente no que se refere ao contato brasileiro com os países latino-americanos, que têm como objetivo a internacionalização de capitais, não necessariamente estamos falando de um processo recente. Essa internacionalização já sucede desde a década de 1960, capitaneada pela ditadura militar brasileira, quando ocorreu o forte impulso ao desenvolvimento das forças capitalistas. Para isso, foi organizado um significativo processo de monopolização da economia, ao lado da implantação de um sistema financeiro. Consolidava-se, assim, uma intrínseca associação entre Estado e entidades empresariais.

Essa política econômica teve como consequência o chamado "milagre brasileiro", termo com o qual se cunhou o crescimento significativo da economia brasileira, obtido através da superexploração do trabalho sem a redistribuição social dos ganhos de produtividade. No entanto, o "milagre" começou a entrar em crise a partir de 1974, como efeito das mudanças na conjuntura internacional muito influenciada pela crise do petróleo de 1973. "A crise econômica brasileira, pela profunda interdependência entre Estado e capitalismo no país, tornou-se uma crise também política. O limite entre elas se confunde e aprofunda" (MENDONÇA, 1986, p.122).

O fim do "milagre" econômico foi acompanhado de uma forte recessão que colocou em xeque os fatores de sustentação do regime militar, ameaçando suas bases político-ideológicas. Por isso, desde 1974,

⁷ Retirado do documento "Lineamentos de la política económica e social del partido y la revolución".

as classes dominantes vieram criando alternativas de distensão lenta, gradual e segura para sua permanência no poder, como se pôde verificar através da abertura eleitoral. "O projeto de abertura eleitoral se explicaria pela crise de legitimidade do governo militar e seria visto como um caminho interessante para a sua sobrevivência" (ALMEIDA: 2000 p. 12). Para Sônia Mendonça, a partir de meados da década de 1970, toma corpo um "novo projeto burguês". Esse novo projeto:

É diverso daquele oriundo do corporativismo predominante durante os quinze primeiros anos do autoritarismo militar. Apesar de sua dependência contraditória com relação ao Estado – que centraliza e "isola" as decisões econômicas, mas que também controla rigidamente as classes trabalhadoras -, alguns setores empresariais passaram a se interessar em propor novas formas políticas de dominação. A própria necessidade de maior participação efetiva das classes nas decisões econômicas e de criação de canais mais flexíveis de contato com os centros do poder fundamentaram esta mudança do comportamento político da burguesia. (MENDONÇA, 1986, p.118).

Nesse sentido, podemos afirmar que houve uma pressão desses aparelhos privados de hegemonia, de que fazem parte, segundo Gramsci, as entidades empresariais, que, embora atuassem corporativa e politicamente como sociedade civil, participavam intimamente do Estado. Não obstante, o discurso vigente nessas entidades era o de que a sociedade civil seria um espaço redentor, distante da opressão predominante no Estado e no mercado. Essa visão redentora de sociedade civil foi muito profícua nos anos de abertura democrática brasileira, através não só de várias entidades empresariais e não governamentais, mas também de alguns movimentos sociais que estavam se formando nesse período pós-ditadura. Esses "aparelhos" se apresentavam como sociedade no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Mas essa visão que apresentou uma concepção da sociedade civil de "costas" para o Estado foi consequência de um período de grande coerção dos governos ditatoriais, que destruíram de forma brutal os diversos tipos de organizações populares existentes na sociedade. Cito

Para algumas organizações até mesmo de cunho popular, a sociedade civil adquiriu um significado simples e concreto: representava tudo o que se opunha às arbitrariedades do regime militar e à reconstrução de laços associativos que visassem restabelecer a ação política (ACANDA, 2006, p.21).

Nesse contexto, podemos afirmar que tanto a “direita” quanto a “esquerda” compartilhavam uma visão que poderíamos chamar de redentora, da sociedade civil. No que se refere ao uso do conceito de sociedade civil pela direita, esta conjugava, em nome da sociedade civil, os seus interesses já de uma hegemonia econômica e política, garantindo uma atuação ideológica sem medida junto às classes populares. Essa conformação ideológica de dominação foi sem dúvida aprofundada com um governo que se formou a partir das lutas da classe trabalhadora brasileira, mas que, com o passar dos anos, conciliou interesses classistas e, principalmente, os interesses do capital financeiro.

Desde então, “não houve até Lula, ruptura ou quebra de continuidade nesse processo de concentração monopólica e dependente” (FONTES, 2010, pp. 304-328). Os anos de presidência de Fernando Henrique (1994-2002) foram o ápice da implantação de um governo neoliberal com inúmeras privatizações e com a diminuição significativa da atuação social do Estado. O PT, que na época estava na “oposição dentro da ordem”, vivenciou o recuo de vários movimentos sociais. Com isso, viu descortinar-se definitivamente, diante de si, a via eleitoral como o único caminho. Apesar de nunca ter ficado clara uma tendência marxista predominante no partido, este se configurava como um partido de massa com tendência socialista. Entre os anos de 1994 a 2002, período desfavorável para as classes trabalhadoras, ocorreu uma transformação do PT que nunca foi oficializada por um encontro ou um congresso (SECCO, 2011, p.201).

Segundo Lincoln Secco, a esquerda ganhou parte do poder nos anos noventa, mas perdeu a hegemonia para os “ideólogos do mercado financeiro”. Quando ela chegou ao poder, já havia perdido a batalha das ideias. (SECCO, 2011, p.202). Em paralelo, montou uma grande rede de associações entre Estado e setor privado, desenvolvendo a economia brasileira em altos níveis econômicos e

expandindo-a para outros mercados, principalmente o latino-americano, política essa que já havia sido iniciada, como foi dito, nos governos anteriores.

Como exemplo dessa associação entre o Estado e capital privado, aliado à sua expansão nos governos latino-americanos, pode-se citar o surgimento da hidrelétrica de Itaipu, construída junto com o governo paraguaio. No mandato de FHC, tivemos o aporte do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), auxiliando as privatizações de grandes estatais, favorecendo certos grupos de capitais privados brasileiros. Atualmente temos a presença do BNDES cada vez mais forte no financiamento de acordos entre governos, acordos que são, em sua maioria, executados por grandes conglomerados do capital privado. É importante ressaltar que essa concentração de capitais em associação com o Estado auxiliou na expansão da política econômica exterior do governo brasileiro (FONTES, 2010, p.304).

Nem mesmo as crises mundiais ocorridas (2000 e 2008) reduziram esse impulso concentrador do capital no país, pelo contrário, talvez tenham auxiliado na expropriação da massa de trabalhadores em todos os setores da vida social, como serviços sociais, direitos trabalhistas e baixa de salários, desconstruindo a lógica de que qualquer processo de aumento nas relações político-econômicas entre um país e outro produz necessariamente benefícios ao conjunto da sociedade.

A megaconcentração de capitais parece cavar continuamente o solo da crise social, para, em seguida, transformar tragédia humana em base social para sua lucratividade, convertendo a penúria que provoca em mercado para os bens que produz. (FONTES, 2010, p.304)

Através desse crescimento não só interno das grandes empresas em associação com o Estado, mas de sua expansão internacional, principalmente para a América Latina, houve uma modificação na posição ocupada pelo Brasil no cenário internacional de exportações. Para Virgínia Fontes, o Brasil manteve seu perfil de um grande país exportador de produtos primários e de produtos com uso intensivo

de recursos naturais para os países desenvolvidos. No entanto, para a América do Sul, o país passou a fornecer produtos especializados ou com maior índice de pesquisa e desenvolvimento (Idem, 2010, p.330). Quando se verifica a presença brasileira em Cuba, é possível perceber a manutenção de um modelo de exportação de produtos industrializados, realização de obras de infraestrutura e abertura de empresas brasileiras em associação à empresas estatais cubanas. A execução desses acordos governamentais, como é percebido, é feita na sua quase totalidade pelas empresas transnacionais brasileiras (com forte presença da Odebrecht). Ao perceber a dinâmica dessa relação entre Brasil e Cuba, torna-se necessário o aprofundamento da reflexão sobre o caráter desses acordos, assim como um estudo do perfil da associação do capital privado brasileiro ao poder público na execução dessa política governamental, que podem contribuir para uma dinâmica de aprofundamento da expansão do capital privado brasileiro em Cuba.

RECEBIDO EM 15/10/2013
APROVADO EM 20/12/2013